



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **1503608-53.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Injúria**
 Documento de Origem: **TC - 3109734/2018 - DEL.DEF.MUL. SÃO CARLOS**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **ABILENE VIEIRA DE MAMPRA**
 Vítima: **LAURENE CRISTINA CALLEGARI**

Aos 21 de novembro de 2018, às 14:02h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autora do fato ABILENE VIEIRA DE MAMPRA. Presente a Dr^a **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Presente a autora do fato, acompanhada de defensor, o Dr^o **LUIZ FERNANDO BIAZETTI PREFEITO – OAB 168981/SP**. Presente a vítima, acompanhada de defensoras, a Dr^a **MARCELA HELOISA MÔNACO ALBUQUERQUE – OAB 367461/SP** e Dr^a **BRUNA NATHALIA DA SILVA – OAB 400397/SP**. Pela vítima foi dito que **DESEJAVA REPRESENTAR** contra a autora do fato. A seguir, tratando-se de ação penal pública condicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima. **Pela autora da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:**“Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico a autora do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), **em favor da vítima, mediante depósito em conta judicial**. **Efetuada o depósito, expeça-se alvará de levantamento em favor da vítima**. A prestação deverá ser cumprida até o dia 10.01.2019”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente a acusada, registre-se e comuniquese, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor(a):

Defensores:

Autora:

Vítima: